

CLASSES SOCIAIS E FAMÍLIA: NOTA PARA A PESQUISA EMPÍRICA

Elisabete Dória BILAC*

RESUMO: Nesta nota procura-se discutir, ainda que de forma provisória, alguns problemas teóricos implícitos nas pesquisas empíricas sobre família. O ponto de partida é a relação teórica entre classes sociais e família. Discute-se a ausência de referência empírica imediata do conceito de classe social e também as determinações da família enquanto estrutura de reprodução de agentes sociais. Sugere-se que esta reprodução social que ocorre através da família envolveria também elementos econômicos e ideológicos de forma mais próxima à estrutura ocupacional da força de trabalho. O exame das razões teóricas e metodológicas bem como dos estudos empíricos levam à conclusão que aparentemente é pouco produtivo explicar as situações familiares apreendidas nas pesquisas empíricas apenas pela sua remissão direta à estrutura de classes.

UNITERMOS: Classes sociais; família; reprodução da força de trabalho; estrutura ocupacional da força de trabalho.

O objetivo desta nota é procurar refletir sobre algumas questões teóricas com as quais o investigador constantemente tropeça na condução da pesquisa empírica sobre família. Não se trata, portanto, de discutir aqui a determinação teórica das classes sociais (talvez o problema mais importante e também o mais espinhoso da Sociologia). Trata-se de entender até que ponto pode-se trabalhar com a relação classe social e família ao nível da pesquisa empírica, levando-se em conta de um lado, o estágio atual da discussão sobre as classes sociais e de outro, a própria problemática da família. Não é necessário enfatizar o caráter tentativo e provisório deste trabalho.

Em primeiro lugar, quando se afirma o que já é comum nas Ciências Sociais — que a família difere segundo a classe social na qual se insere, se o ponto de partida é um conceito estrutural de classes sociais definidas/constituídas nas relações de produção, afirma-se, implicitamente,

que suas determinações são diferentes por causa da situação de classe.

As mais gerais destas determinações vêm sendo discutidas desde Engels (3). Admite-se que nas sociedades capitalistas a família burguesa existe em função da necessidade de transmissão da herança. As relações de parentesco seriam também relações entre proprietários, melhor dizendo, co-proprietários. Neste sentido, cabe à família burguesa a reprodução dos agentes personificadores do Capital sob suas diversas formas. Já na classe operária a família determina-se pela necessidade de reprodução da força de trabalho.

Contudo, neste nível, a análise está referida a generalidades — classe operária, família operária que, embora sendo essenciais, não possuem referência imediata ao nível empírico da realidade.

As classes sociais não constituem entidades prontas e acabadas mas sim totalidades em processo de constituição historicamente determinado. São portanto tota-

* Professora Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP — Brasil.

lidades que se fazem, se desfazem e se refazem continuamente em formações histórico-sociais, determinadas pelo modo como o capitalismo, em seu processo de constituição, incorpora outras relações de produção, bem como pelo estágio particular da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas (2 e 6).

A pesquisa empírica, ao recortar da realidade histórica uma área de investigação localizada, num tempo delimitado, não pode, evidentemente, apreender este processo. O que ela pode e deve apreender são momentos particulares dele, tal como vividos em situações localizadas. Momentos e situações que a classe operária não vive isoladamente, mas submergida numa multiplicidade de relações com outros grupos de trabalhadores, muitos dos quais não envolvidos diretamente em relações capitalistas de produção: artesãos autônomos, camponeses, trabalhadores de serviços, etc... Os atributos que as classes sociais apresentam em cada um desses momentos são produzidos no interior de uma problemática histórico-social específica, sendo portanto cambiantes. Problemática que é preciso elucidar para explicar tais atributos.

Do mesmo modo, as configurações e práticas familiares passíveis de apreensão ao nível do real vivido (empírico) constituem atributos da família em uma determinada situação de classe, num *momento particular e determinado* do processo de constituição destas classes. É em função do jogo (contraditório) entre as determinações da família e este momento particular que talvez se possa explicar as configurações e práticas familiares encontradas. Configurações e práticas que, em função deste jogo, apresentam-se diferenciadas ou não, seja no seu aspecto formal (tamanho e composição da família, se nuclear ou ampliada, relações de parentesco entre seus membros, por exemplo) seja no significado social que possuam (significados

diferentes para papéis formalmente iguais: pai, mãe, filhos, etc...) o que talvez seja o mais importante.

Para se entender este jogo é preciso partir da análise do significado da família do ponto de vista da reprodução da Força de Trabalho.

Ser unidade de reprodução significa, em primeiro lugar, que o grupo familiar é o responsável pela reposição quotidiana da força de trabalho dispendida (por seus membros empregados) durante o processo de trabalho. Reposição através de alimentação, repouso, vestuário, lazer, sexualidade, etc... Isto supõe portanto a realização de atividades como lavar, cozinhar, passar, configurando uma real produção doméstica de valores de uso articulada à participação na produção social.

Esta articulação que Francisco de Oliveira chama de “especial combinação interna à família do trabalhador da venda da força de trabalho mais produção doméstica de valores de uso” (5:12) constitui ao mesmo tempo, condição de possibilidade e princípio básico de estruturação da família, a partir do qual desdobram-se outras determinações.

A partir desta “especial combinação” a família se determina também como unidade de distribuição e de consumo. De distribuição, na medida que permite a transferência de rendimentos auferidos por agentes diretamente envolvidos na produção social para outros formalmente fora dela. E por conseguinte, de consumo, na medida que seus membros partilham, total ou parcialmente, da remuneração da atividade econômica de alguns para satisfação de suas necessidades. Este consumo “improdutivo” ou individual, “antítese negadora da produção” não é o fim do processo de circulação de mercadorias mas o recomeço do circuito na medida em que, ao menos parcialmente, é, materialmente, reprodução da força de trabalho.

É neste sentido, na medida que articula organicamente produção, distribuição e consumo que se pode considerar a família como estrutura de relações de reprodução da força de trabalho.

Neste ponto, porém, a análise precisa ser mais cuidadosa. Pois a família só reproduz a força de trabalho na medida e por que produz e reproduz *pessoas*, isto é, *sujeitos humanos ocupantes de posições estruturais* (4). Esta é a sua especificidade. Ela reproduz o pressuposto da força de trabalho: o trabalhador livre e, neste caso, livre para cuidar de sua subsistência.

Neste sentido, ela reproduz, ao lado da força de trabalho em função, também parcelas da superpopulação relativa, especialmente de sua fração latente, personificada nas mulheres, nas crianças, nos velhos. As relações familiares constituem também mecanismos através dos quais a força de trabalho em função responsabiliza-se pelos custos de manutenção de parcelas da superpopulação relativa*.

Não se pode porém confundir a reprodução das forças produtivas e das relações de produção com esta reprodução social de agentes-humanos-ocupantes-deposições-estruturais que ocorre no seio da família. Tampouco esquecer que esta última é determinada pela primeira.

Por ser, especificamente, reprodução *social* de agentes humanos, a reprodução pela família é também ideológica. Trata-se de produzir, pelas relações familiares, os agentes humanos adequados a determinadas posições. Isto ocorre através de normas, valores e padrões de comportamento produzidos e produtores da organização familiar, tais como os envolvidos na distribuição de papéis no interior da família, nas relações de autoridade (mas

que são também emocionais e afetivas) entre seus membros, na organização do cotidiano. Tudo isto leva ao desenvolvimento de um certo tipo de comportamento individual envolvendo atitudes, habilidades e uma certa forma de pensar congruentes com as necessidades das relações de produção.

Mas por ser determinada, esta reprodução é menos contraditória. E aqui abre-se o espaço para se pensar que a reprodução social não é simples repetição ou perpetuação, mas também destruição, transformação e produção de novas relações e práticas sociais.

De início, colocam-se as contradições entre estas determinações externas da família (sempre pensadas em termos históricos) e sua dinâmica interna, tal como expressa em seu ciclo vital.

Cada família “nasce”, “cresce”, “envelhece” e “morre”, isto é, passa sucessivamente por uma fase de expansão (união, infância e adolescência dos filhos) e por uma outra de dispersão (de quando os filhos adultos deixam a casa até a dissolução do casal original). Mas este ciclo, embora tenha também seus determinantes *biológicos no próprio* desenvolvimento biológico do indivíduo, é eminentemente social, na medida que não se pode pensar num biológico a priori ou de alguma forma divorciado do social.

As contradições entre as necessidades objetivas da família em uma determinada fase deste ciclo vital e o desenvolvimento do sistema econômico e de sua capacidade de absorção de mão-de-obra levam o grupo familiar à adoção de estratégias diversas, que abrangem, em princípio, desde a migração (familiar ou individual, conforme o caso) até sua reorganização enquan-

* Talvez se deva pensar também sobre a relação entre a família enquanto estrutura de reprodução da superpopulação e outros mecanismos, como o Serviço Social, por ex. Aparentemente este entra em cena quando a estrutura familiar falha enquanto estrutura de reprodução adequada. Talvez seja por isso que uma das preocupações do Serviço Social seja a de atuar sobre a estrutura familiar.

to unidade de produção, distribuição e consumo.

Assim, por exemplo, a relação entre a produção de valores de uso e a venda da força de trabalho pode assumir formas diferenciadas daquela baseada na divisão sexual tradicional do trabalho. Como exemplo, tem-se as tentativas de trabalho remunerado por parte das mulheres ou da utilização do trabalho do menor.

Pode ocorrer ainda a ampliação da família pela agregação de outros parentes, não necessariamente trabalhadores sob relações formalmente capitalistas de produção — o trabalhador — autônomo, por exemplo, ou ainda trabalhadores “improdutivos” (não participantes diretos da produção de mercadorias). Pode até mesmo ocorrer um esforço por parte do pai de família, até então assalariado, para transformar-se em trabalhador autônomo. E a situação inversa também é possível, o trabalhador autônomo torna-se assalariado.

Estas estratégias particulares podem implicar no rompimento da relação pai/provedor ao mesmo tempo que na combinação, no interior da família, de rendimentos provenientes de setores capitalistas de produção com os provenientes de outros setores ou ainda das múltiplas formas de “serviços” sob as quais se esconde o exército industrial de reserva. A questão de como a família constitui um mecanismo de transferência de rendimentos, garantindo a sobrevivência de amplas parcelas da população excedente precisaria ser melhor estudada.

Porém estas estratégias, seus significados e implicações só podem ser desvendados pelos estudos empíricos. Nestes estudos há indícios de que a utilização por parte da família de uma ou outra estratégia está de certa forma vinculada ao nível de qualificação profissional de seus provedores e à sua situação enquanto grupo de rendimentos.

Em um deles, observou-se que trabalhadores manuais (operários e artesãos) são levados a utilizar preferencialmente o trabalho precoce dos menores para complementação dos rendimentos destinados a cobrir os custos da reprodução quotidiana da família. Isto significa a retirada precoce das crianças da escola e portanto significa que sua qualificação para o trabalho ocorre, de forma marcante, fora dela, assemelhando-se à qualificação de seus pais.

Já entre os trabalhadores não-manuais (“white-collars”, comerciários) o provedor complementar na família é representado preferencialmente pelas mulheres que dispõem também de uma certa qualificação. Isto permite a permanência de seus membros mais jovens na escola, possibilitando assim que se reproduza, na geração mais nova, a qualificação “mais complexa” de seus pais (1).

Mas neste caso, o que se observa é que a família está reproduzindo, de forma imediata, as diferenças na estrutura da força de trabalho, diferenças entre o trabalho qualificado/não qualificado, manual/não manual, que não correspondem, no capitalismo, à divisão social do trabalho nem podem ser confundidas com as relações de classe. Trata-se antes de distinções de ordem político-ideológica que configuram modalidades diferentes de subordinação do Trabalho ao Capital.

O problema desta não-coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão da força de trabalho em categorias, bem como a necessidade de se estabelecer o caráter substantivo das relações entre elas já foi levantado por Hirst exatamente na crítica à visão althusseriana da reprodução social:

“A divisão social do trabalho e a estrutura da força de trabalho não são a mesma coisa. As fontes das divisões da força de trabalho / são / os determinantes da especialização, das formas de treina-

mento, dos tipos de administração, do “gerencialismo”, etc... (...) Embora tais divisões não sejam equivalentes às relações de produção, não se deve pensar que sejam sem conseqüências para o desenvolvimento das relações de produção. As condições de deslocamento destas divisões deveriam ser investigadas...” (4:393).

Realmente, a referência comum e freqüente nas análises sociológicas às “classes trabalhadoras”, no plural, indicando, ao mesmo tempo a existência de um denominador comum articulado com outros elementos específicos parece recobrir não só a coexistência de classes produzidas sob relações capitalistas de produção com outras, produzidas sob condições subordinadas e permitidas pelo capitalismo como também diferenças desta outra ordem. Distinções que talvez sejam “espúrias” em relação ao capitalismo, mas nem por isso devem ser ignoradas, na medida que introduzem clivagens importantes, determinadas econômica e *ideologicamente*, no interior das classes trabalhadoras.

Todo o problema parece estar centrado no fato de que, o estatuto teórico destas divisões não estando bem precisado, não se pode estabelecer as relações entre elas e as relações de classe.

O exemplo empírico mencionado anteriormente faz pensar que talvez esta relação — entre a estrutura de classes e a estrutura da força de trabalho — *passa pelas relações familiares*, em especial pela estruturação da família enquanto unidade de rendimentos e de consumo, articulando força de trabalho em atividade e superpopulação; ambas sob diversas formas.

A discussão dos determinantes econômicos e jurídico-políticos das relações de distribuição/consumo (individual ou improdutivo) e sua especificidade face às relações de produção em sentido estrito, foi também recentemente retomada por Luis Pereira (7:139).

Não cabe aqui reproduzi-la, mas apenas lembrar que esta questão, imbricando diretamente na anterior, coloca novos problemas na relação família-classe social.

Até onde se pode perceber, tudo indica que a família inclui outras determinações além das determinações de classe, sob condições capitalistas de produção. Não se trata portanto, de eliminar as determinações de classe do estudo da família, mas de relacioná-las com outras que porventura apresentem, ligadas à sua estruturação como unidade de rendimentos e à produção da estrutura ocupacional da força de trabalho.

Face a estas considerações, a questão que se coloca é a seguinte: na pesquisa empírica, pode-se explicar as situações particulares vividas pelas famílias pela remissão direta à condição de classe?

Tal procedimento teria duas implicações, pelo menos. A primeira delas, de ordem metodológica: Seria em certa medida, confundir os níveis de análise, reduzindo as classes sociais às suas manifestações empíricas numa situação particular. Apreendendo-as, portanto, a partir dos atributos que apresentem nesta (e não necessariamente em outra) situação.

A outra implicação é de ordem teórica. A inteligibilidade das práticas familiares talvez não possa ser alcançada pela sua remissão direta à estrutura de classes, sem passar pela intermediação constituída pelas suas determinações específicas enquanto estrutura de reprodução de agentes sociais, cujo conhecimento preciso envolve o desvendamento de certas relações “espúrias” que ocorrem no interior do grupo familiar, tais como: articulação entre força de trabalho e superpopulação e também sua contribuição para a reprodução das determinações político-ideológicas da estrutura da força de trabalho.

A remissão direta da problemática familiar à estrutura de classes implicaria de certa forma, na abstração destes elementos. Ora, abstrai-los não seria abstrair a própria especificidade da família?

Por tudo isso, talvez seja mais adequado, na análise empírica da família, trabalhar-se com categorias que, se em última instância se referem às classes sociais, não se confundem com elas, na medida que terão de dar conta destes processos, “espúrios” sim, porém reais, que envolvem outras determinações ainda pouco estudadas.

Uma condição porém, se impõe: Tais categorias deverão ser construídas a partir de critérios de classificação definidos *no interior* da própria pesquisa, que permitam relacionar as determinações mais gerais com as características particulares da

população estudada — levando à construção de totalidades não definidas aprioristicamente, mas que se definam por si mesmas no decorrer da análise.

Obviamente, tais categorias serão provisórias (na medida que é transitório, em termos históricos, o momento particular estudado) e ficarão sempre presas ao universo empírico particular que as gerou. Precisarão portanto, ser superadas pela reflexão teórica.

Mesmo assim, ainda que não se possa recuperar de imediato a relação *precisa* entre elas e a estrutura de classes da sociedade mais ampla, seu valor será considerável se permitir refutar, de um lado, afirmações extremamente impressionistas sobre o real vivido e de outro, se conseguir evitar uma remissão direta e extremamente redutora deste real à estrutura de classes.

BILAC, Elisabete Dória — Family and social notes for empirical research. *Perspectivas*, São Paulo, 4:37-42, 1981.

ABSTRACT: This paper attempts to discuss, tentatively theoretical problems inherent to empirical research concerning the family. Initially, there is the theoretical relation between social classes and family. The absence of immediate empirical reference to the concept of social class and the determination of the family as a structure of reproduction of social agents are discussed. The inclusion of economic and ideological elements related to the occupational structure of labor-force in the social reproduction by the family is suggested. The study of the methodological and theoretical reasons as well as the results of empirical studies lead to the conclusion that familial situations determined by way of empirical research cannot be explained simply by their direct remission to class structure.

KEY-WORDS: Social classes; family; labor-force reproduction; ocupacional structure of the labor-force.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BILAC, E. — *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Simbolo, 1978.
2. CARDOSO, F.H. — Classes sociais e história: Considerações metodológicas. In: — *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
3. ENGELS, F. — *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Civ. Brasileira, 1979.
4. HIRST, P. — Althusser and the theory of ideology. *Economy and society*, 5 (4): 385-412, 1975.
5. OLIVEIRA, F. — A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap*, 16: 5-25, 1976.
6. PEREIRA, L. — *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1965.
7. PEREIRA, L. — Estratos, capitalismo e distribuição de renda. In: — *Anotações sobre o capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1977.

Recebido para publicação em 24-06-1981.